

água por mês. Se uma grande floresta de eucaliptos não provocaria, dentro de 50, 100 anos, aquilo que alguns ecologistas já afirmaram - o deserto da Amazônia? Gostaria de uma palavra autorizada - tenho certeza - de V.Sa. a respeito do assunto, como última pergunta e agradecendo a gentileza e a correção dadas a todas as perguntas que formulei.

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles)

- Sr. Presidente, nobre Deputado Antônio Carlos, eu é que agradeço o privilégio das suas perguntas. Deveria dizer-lhe que, com relação ao índio, temos uma proposta muito objetiva. Realmente, é uma dificuldade muito grande. Somos uma nação pobre. Se pudéssemos dispor de bilhões de dólares para, sofisticadamente, identificar as tribos, nas melhores condições, identificar tudo da melhor maneira, já seríamos uma Nação desenvolvida e rica. O que propomos sempre é de modo empresarial, ou seja, de modo prático, rápido e expedito. Propomos que as áreas de ocupação imediata, aquelas que já estão nas frentes de ocupação, nestas áreas essas reservas têm uma correta e definitiva identificação e, mais do que isso, um policiamento conveniente, porque se não houver o policiamento da área de reserva é inútil fazer-se a reserva ou entregar ao pobre indígena a obrigação de se autoprotger. Ele, evidentemente, não estando habilitado a isso, nem sendo essa a sua função, poderá eventualmente ser levado a algumas incorreções na proteção de sua própria área. Então, o que propomos, justamente nesse modelo de ocupação, do Sul para o Norte, de Leste para Oeste, nas áreas em que o Governo está programando a sua ocupação, que já sabe onde estão as reservas indígenas, é que reveja eventualmente alguns pontos em que possa melhorar essas reservas e defina de forma definitiva. E, com isso, ganhe um pouco de fôlego e de tempo para, na frente, ir definindo as outras, indo para a parte oriental da Amazônia Legal, para a margem esquerda do rio Amazonas, que é a região menos densamente ocupada. Com relação ao problema do desmatamento, nobre Deputado Antônio Carlos, devo dizer a V.Exa. que as empresas não conseguiram ainda chegar nem a 50% da área que lhes é permitido desmatar. Mais ainda, essas empresas jamais adentrariam nos outros 50%, porque, como disse, o espírito desses empresários é ficar sempre defendido, invulnerável a qualquer tipo de crítica deletéria que possa cometer. O empresário é um homem que quer trabalhar sob o segado, quer investir, quer criar riqueza, mas não quer aparecer como mau elemento nas manchetes dos jornais, quer com atritos com índios ou com desmatamento exagerado. De modo que isso é extramamente inconveniente para o empresário. E nas áreas onde essas empresas estão desmatando não há a obrigatoriedade do reflorestamento. Essa atividade de reflorestamento justamente é o contrário do que a Amazônia precisa, que é desmatar e não reflorestar. O reflorestamento é previsto quando as atividades são de exploração econômica da floresta, então essa floresta tem que ser paulatinamente substituída, ou onde há, especificamente, atividades objetivando a padronização da floresta, com vistas à produção de polpa de celulose e de papel, porque a diversidade do comprimento das fibras das diversas madeiras encontráveis na Amazônia tem impedido o processo de utilização sistemática des-

sa massa de madeiras disponíveis ao fabrico de papel. Existem algumas experiências de reflorestamento que estão em curso, com algumas variedades, tidas como adaptáveis à Região Amazônica. Poderia dizer que, talvez, não sejam definitivamente as ideais, mas na Amazônia tudo tem que ser experimentado. Não saberíamos dizer o que seria ideal. Há experiências de reflorestamento com quemerina arborea, com pinus caribéria, que é um pinus tropical, adaptável às regiões tropicais e mesmo essas espécies um pouco exaustivas, sob o ponto de vista hídrico, como o eucalipto, que, em algumas regiões, seriam altamente convenientes, porque poderiam até mesmo secar algumas zonas por demais molhadas, especialmente as várzeas dos rios da Amazônia. Não existem realmente grandes experiências. Existem experiências eventuais nesse sentido, que não podemos oferecer ainda como alguma coisa conclusiva. Está-se buscando esse tipo de solução. Podemos informar, por outro lado, que algum outro tipo de plantio de culturas permanentes com árvores estão sendo feitos intensivamente, especialmente com borracha, cacau e guaraná. Evidentemente, inteiramente adaptado à ecologia amazônica e com uma produção notável. Podemos hoje afirmar que, por exemplo, as necessidades que o Brasil tem de plantar, da ordem de 180 mil hectares de cacau nos próximos 10 anos, até 1985, só tem alternativa realmente na Amazônia, na Rondônia, no pólo caçaveiro do Aripuanã e em alguns outros pólos, porque as condições são absolutamente excepcionais, sendo que a região propícia ao cacau, na Bahia, estaria praticamente exaurida, em termos de área territorial.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO ODEMIR FURLAN) - Com a permissão dos Deputados Jerônimo Santana, Mário Frota e Wálber Guimarães, passo a palavra ao Deputado Sérgio Cardoso de Almeida.

O SR DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA - Sr. Presidente, Dr. João Carlos Meirelles, quero, como Deputado da agricultura, parabenizar-me com V.Sa. pela maravilhosa exposição que faz, hoje, nesta Comissão, e dizer que está demonstrando, aqui, cabalmente, que o bandeirantismo muito contribuiu para a construção de São Paulo, Paraná e para que no Centro-Sul se desenvolvesse a riqueza nacional, que foi o nascedouro do bandeirante pioneiro anterior. O Dr. João Carlos representa esse espírito bandeirante que está levando à Amazônia a possibilidade de ter as mesmas vantagens que o pioneiro trouxe para São Paulo e para os Estados do Sul. Agora, gostaria de apresentar uma sugestão ao Presidente da Associação dos Empresários, para que a fizesse dentro da sua Associação, aos empresários que estejam dispostos a instalar lavouras cafeeiras na Amazônia, porque sei que o Sr. Nicolau Lunardelli, que é membro da sua Associação, quer plantar 3 milhões de pés de café em Conceição do Araguaia; sei que o Sr. Alfredo Nifer, Diretor da Companhia Norte do Paraná e fazendeiro em Maringá, também quer plantar vários pés de café na Curitiba-Santarém; sei também que a empresa, associada à sua, do Sr. João Lamare Duval, quer plantar café em grande escala na Amazônia e também o Dr. Urbano Junqueira, que foi Secretário da Agricultura e é proprietário na Amazônia, no sul do Pará. Todos estão irmanados na idéia de plantar milhões e milhões

de pés de café, com a experiência que eles possuem — sendo de notar que Nicolau Lunardeli é filho do "Rei do Café", o inesquecível Jeremias Lunardeli — o que atesta, com a prática que representam e a tradição cafeeira que têm, que a Amazônia está precisando ajudar o Brasil a ser também beneficiada com um produto da densidade econômica que é o café, com os 10 ou 15 km². Dentro de todos esses projetos, se houvesse a instalação de plantações de café o Brasil não teria problemas, dentro de 5 ou 6 anos, com a sua crise de petróleo, e teríamos de novo uma fronteira cafeeira radiosa e otimista. Então, peço ao Presidente que faça gestões junto àqueles empresários, no sentido de que nos ajudem na luta que estamos empreendendo, para que o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Indústria e do Comércio, e do IBC destine financiamentos para que seja a Amazônia contemplada também com a oportunidade de ajudar o Brasil, produzindo, amanhã, 20 ou 30 milhões de sacas de café, porque daqui até o fim do século precisaremos ter uns 16 milhões para o consumo interno e mais uns 40 milhões de sacas, se o mercado mundial continuar. No ano que passou o Brasil produziu 6 milhões e em 1959 tivemos uma produção de 43 milhões. Temos que readquirir a predominância da produção cafeeira mundial. Temos que ter o controle da economia cafeeira, porque sabemos que o Brasil é capaz de ter todo esse controle, tendo a produção suficiente para as exportações, para o crescimento do consumo interno e também para que tenhamos uma ou duas safras guardadas para serem a nossa força de pressão de conseguirmos continuar fazendo do café o nosso petróleo, porque tendo o dinheiro do café — lembrando que hoje um saco de café está valendo 7 mil litros de petróleo — se continuarmos com essa escassa produção, poderemos perder a nossa freguesia e tirar o hábito do povo lá fora de tomar café. E precisamos restabelecer as quantidades que o Brasil necessita e vender o produto a preços que possam ser interessantes para os consumidores. Então, nesta reunião, aproveito para pedir todo o apoio para este plano de levar a cafeicultura para a Amazônia, a fim de criar riquezas, impostos e empregos maiores para toda essa extensa Região Amazônica. Que com a pecuária, com o cacau, com a soja e tantos outros produtos, vá o produto-rei, junto com o bandeirante que já plantou em tantos lugares no Sul, e que leve o café também para a Amazônia.

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Sr. Presidente, nobre Deputado Sérgio Cardoso de Almeida, V. Exa. realmente dá uma idéia notável, sensível de que é um fato que já vem ocorrendo. Esta Associação — já posso lhe informar, acredito que para alegria sua — de dois anos a esta parte vem trabalhando intensamente num programa cafeeiro para a Amazônia. O Instituto Brasileiro do Café não entendia conveniente o financiamento para o plantio de café na Região Amazônica, porque não detinha as experimentações ainda em volume suficiente. Era uma prudência que temos de respeitar. Esta Associação se ofereceu para, em conjunto com o próprio IBC, estabelecer campos experimentais de plantios de café em toda a região de ocupação da Região Amazônica. Nós já podemos dizer, hoje, que temos mais de 20 pólos experimentais de plantios de café. As variedades, que ali estão plan-

tadas a nível experimental são superiores a 18 variedades, des de as dos cafés da espécie Arábica, com as suas variedades, mais ou menos resistentes à ferrugem, aos produtos híbridos, como o próprio café robusta, que estão plantados em cerrado, como a Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, em áreas de terras nobres como a região de Tangará da Serra, Barra do Bugres, em Mato Grosso, regiões das matas de transição do Vale do Araguaia, ou nas terras nobilíssimas do território do Aripuanã. É o projeto da INDECO uma das melhores experiências de colonização que o País hoje tem, na Sinop ou em Porto dos Gaúchos, assim como no sul do Pará, em Redenção do Araguaia, Conceição do Araguaia, bem como as notabilíssimas experiências de café, já implantadas na Rondônia. Hoje, clara e nitidamente, sabemos que o café é o fixador do homem a terra. O que efetivamente criou as riquezas do Estado de São Paulo, do Estado do Paraná, na fase áurea do café, na sua fase agrícola que antecedeu o seu fortalecimento industrial, foi a fixação que o café dá e a socialização, no bom sentido, por que permite a uma pequena propriedade não só subsistir economicamente, mas até enriquecer com uma pequena lavoura de café. Rondônia, hoje, é o exemplo mais positivo de uma colonização feita com total sucesso. É pena que não haja tanta terra quantas possibilidades de demanda hoje na Rondônia. Mas no Aripuanã, no sul do Pará, Redenção do Araguaia, Baureira do Campo, Conceição do Araguaia, temos experiências cafeeiras feitas pela Associação de Empresários da Amazônia, com o Ministério da Agricultura, fornecendo as sementes selecionadas para obtermos os resultados e com uma Comissão Técnica do IBC, composta por técnicos do Instituto Agronômico de Campinas, Instituto Agronômico do Norte, para a verificação in loco. Essas experimentações deverão estar terminadas provavelmente ao final deste ano de 1977, quando provavelmente, com a ajuda imprescindível de V. Exas., poderíamos transcender a eventuais interesses regionalistas que não compõem o interesse nacional e estender a possibilidade de financiamento para o plantio do café a Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, logicamente em regiões identificadas como convenientes e não apenas a concessão do financiamento. O Café Arábica terá regiões muito mais restritas, muito mais limitadas, dada a sua geomorfologia, e o café robusta praticamente em quase toda a Região Amazônica — café robusta este que poderia de imediato ser utilizado na indústria do salúvel. O nobilíssimo café Arábica produzido nas outras regiões brasileiras hoje está sendo exportado, está sendo vendido no mercado nacional a quatro mil cruzeiros e no mercado internacional a oito mil cruzeiros, produzindo sete mil litros de petróleo bruto para a nossa importação. Então, temos realmente uma viabilidade total. Mas, nobre Deputado Sérgio Cardoso de Almeida, o ímpeto dos empresários que estão indo para lá, que são bandeirantes que vêm do Nordeste, do Rio Grande do Sul, bandeirantes do Brasil inteiro, estão sôfregos por plantar este café, e já plantaram. Na Rondônia, nem sei quantos milhões de pés de café já estão plantados, porque há um conjunto de pequenas propriedades plantando café. Mas posso dizer-lhes que em Porto dos Gaúchos, à margem do rio Arinos, em Mato Grosso, cerca de um milhão de pés de café já estão plantados em produção, de-